



Número: **0803006-03.2018.8.15.0181**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Cejusc I - Cível - Guarabira - FPL/UEPB**

Última distribuição : **23/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JACIARA CANDIDO DE SOUSA (AUTOR)		JOSEILTON SANTOS FIDELIS JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18488131	23/12/2018 13:04	Petição Inicial	Petição Inicial
18488134	23/12/2018 13:04	Ação DPVAT Jaciara	Outros Documentos
18488135	23/12/2018 13:04	Procuração	Procuração
18488136	23/12/2018 13:04	Declaração de Hipossuficiência	Documento de Comprovação
18488137	23/12/2018 13:04	Documentos Pessoais	Documento de Identificação
18488138	23/12/2018 13:04	Comprovante de Residência	Documento de Comprovação
18488139	23/12/2018 13:04	Laudo Médico	Documento de Comprovação
18488140	23/12/2018 13:04	Documentos Pronto Socorro	Documento de Comprovação
18488141	23/12/2018 13:04	Declaração Pronto Socorro	Documento de Comprovação
19920716	21/03/2019 08:41	Despacho	Despacho
22084151	18/06/2019 09:32	Carta	Carta
22084152	18/06/2019 09:32	Expediente	Expediente
22084154	18/06/2019 09:32	Carta	Carta
22347700	01/07/2019 13:08	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
22347707	01/07/2019 13:08	0803006-03.2018	Aviso de Recebimento

Petição Inicial e documentos em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____^a
VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARABIRA, ESTADO DA PARAÍBA.**

JACIARA CÂNDIDO DE SOUSA, brasileira, solteira, estudante, portadora da cédula de identidade RG nº 4.244.731 – 2ª via – SSP/PB, inscrita no CPF sob o nº 708.608.134-52, residente e domiciliada na Rua Manoel Severino, nº102, Bairro Centro, Guarabira/PB, por intermédio de seu advogado e bastante procurador “in fine” assinado, com escritório profissional localizado na Rua Osório de Aquino, nº 164, 1º andar, sala 02, Centro, Guarabira/PB, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO de Cobrança de SEGURO DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

1 - PRELIMINARMENTE

1.1 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente, requer à V. Exª. Seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, nos termos da Lei nº 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, bem como o art. 98 do Código de Processo Civil, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios,



sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

2 - DO INTERESSE DE AGIR

Por oportuno, cumpre destacar que, em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

2 - DOS FATOS

No dia 02 de Julho de 2018, a promovente conduzia sua motocicleta (Moto Traxx 50c, cor preta), quando ao passar nas imediações do Canal do Juá, próximo a entrada da Rua que dá acesso para o Bairro Nordeste 2, na cidade de Guarabira, a PROMOVENTE, devido a enorme quantidade de buracos ali



presentes, bem como a escuridão da rua naquele fatídico dia, perdeu o controle da motocicleta, vindo a sofrer inúmeras lesões.

Após o acidente, a PROMOVENTE foi socorrida pela equipe do Samu, a qual encaminhou a PROMOVENTE direto para o Pronto Socorro de Fraturas da Cidade de Guarabira pelo Corpo de Bombeiros desta cidade para o Hospital Regional de Guarabira, tendo diversos ferimentos, conforme evidenciam os documentos acostados a presente ação.

Outrossim, cumpre destacar que, todos os fatos restam devidamente comprovados conforme **Serviço de Atendimento, laudos e declarações, todos em anexos.**

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo **que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme grau de debilidade do acidente;

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade do requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca tiveram reajuste.

Diante de tais fatos a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau a ser apurado em perícia judicial**, com a devida correção monetária

3 - DO DIREITO



O art. 3º da lei nº. 6.194/74 estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, posto que, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente.

Não obstante, a jurisprudência de nossos tribunais entende que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê seguinte julgado:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008
- CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS.



APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA.*Número do Protocolo: 69727/2008.*
Data de Julgamento: 8-9-2008. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - **ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE - COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE** - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”. Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar. O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).

Portanto, resta evidente que a PROMOVENTE faz jus ao reconhecimento do direito à indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já se requer.

4 - DOS PEDIDOS

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

a) A concessão da justiça gratuita, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua



família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50, bem como art. 98 e seguintes do CPC;

b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de **citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR)**, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

c) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, **for decretada a revelia da Seguradora Requerida**, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, **condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo**, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

d) - Que julgue a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em **até** R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

e) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

f) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos,



pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), **apenas** para fins de alçada.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Datado e assinado eletronicamente.

JOSEILTON SANTOS FIDELES JÚNIOR

OAB/PB 24.355



PROCURAÇÃO AD-JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE(S)

JACIARA CÂNDIDO DE SOUSA, brasileira, solteira, estudante, portadora do CPF nº 708.608.134-52 e RG nº 4.244.731 2ª via SSP/PB, residente e domiciliada na Rua Manoel Severino, 102, Centro, Guarabira/PB, CEP 58200-000.

OUTORGADO(S)

JOSEILTON SANTOS FIDELES JÚNIOR, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB/PB sob nº 24.355, com endereço profissional na Rua Osório de Aquino, nº 164, térreo, sala 03, Centro, Guarabira/PB, CEP 58200-000, fone 98783-0311, onde recebe intimações.

PODERES

Pelo presente instrumento particular o(s) outorgante(s) constitui(em) e nomeia(m) seu(s) bastante(s) Procurador(es) o(s) outorgado(s), ao(s) qual(uais) confere(m) amplos poderes para representá-lo(a)(s) em qualquer JUÍZO, INSTÂNCIA OU TRIBUNAL, mesmo extrajudicialmente, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(a)(s) nas contrárias, acompanhando umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais, firmar compromissos ou acordos, interpor recursos, propor execuções, embargos, agravos e demais remédios jurídicos, bem como usar dos poderes previstos no artigo 105, do Código de Processo Civil, e mais os especiais de reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar o direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e substabelecer, com ou sem reservas de poderes.

Jaciara Cândido de Sousa



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **JACIARA CÂNDIDO DE SOUSA**, brasileira, solteira, estudante, portadora do CPF nº 708.608.134-52 e RG nº 4.244.731 2ª via SSP/PB, residente e domiciliada na Rua Manoel Severino, 102, Centro, Guarabira/PB, CEP 58200-000, **DECLARO**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

Guarabira, 01 de Outubro de 2018.

Jaciara Cândido de Sousa



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.244.731 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 27/01/2016

NOME JACIARA CÂNDIDO DE SOUSA

FILIAÇÃO JOSÉ GOMES DE SOUSA
VALDINETE CÂNDIDO DE SOUSA

NATURALIDADE GUARABIRA-PB

DOC ORIGEM CERT. NASC. Nº 1773 - LV 02 - FLS. 285 - CARTÓRIO DIST. GUARABIRA-PB

DATA DE NASCIMENTO 25/08/1997

CPF 708.608.134-52

708.608.134-52

353
049

Assinado eletronicamente por: JOSEILTON SANTOS FIDELES JUNIOR - 23/12/2018 13:03:07

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18122313013043000000017990444

Número do documento: 18122313013043000000017990444

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-262

Foto

Assinatura

Jaciara Cândido de Sousa

ASSINATURA DIGITAL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Recarta Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 708.608.134-52

Nome JACIARA CÂNDIDO DE SOUSA

Nascimento 25/08/1997

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

FRANCISCA MEDEIROS DA SILVA
RUA MANOEL SEVERINO, 102 - CENTRO
GUARABIRA / PB CEP: 58200000 (AG: 22)

Emissão: 17/08/2018 Referência: Ago / 2018

Classe/Subcl. RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
Roteiro: 8 - 22 - 115 - 5900 Nº medidor: 00000103786

energisa

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ 08.085.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 011.098.802
Cód. para Dêb. Automático: 00004316279

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196**

Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

Apresentação

Data prevista da
próxima leitura

CPF / CNPJ / RANI

Ago / 2018

17/08/2018

17/09/2018

Insc. Est.: 000000000000

UC (Unidade Consumidora):

5/431627-9

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 18/07/18	Leitura 24268	Data 17/08/18	Leitura 24369	
CCI	Descrição	Quantidade	Valor Base	Colins (R\$)
0601	Consumo em kWh	101,000	0,739080	74,64 27 2,15 74,64 0,81 3,72
0601	Adic. B. Vermelha			7,54 7,54 27 0,03 7,54 0,08 0,38
0807	CONTRIBUIÇÃO ILLUM PUBLICA			0,00 0,00 0,00 0,00

PAGO
10 SET 2018
CASA LOTERICA
FREVO DA SORTE
Guarabira - Paraíba

CCI Código de Classificação do Item TOTAL: 91,70 82,18 22,18 82,18 0,89 4,10

Média últimos meses (kWh)
101

VENCIMENTO
24/08/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 91,70

Histórico de Consumo (kWh)

72 | 93 | 89 | 101 | 107 | 114 | 109 | 104 | 117 | 102 | 101 | 105
Ago/17 Set/17 Out/17 Nov/17 Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18

RESERVADO AO FISCO

c8d1.b3bd.87ad.cf4d.3592.6659.51af.c48f.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	11,82	
DIC ANUAL	23,64	
FIC MENSAL	3,48	
FIC TRIMESTRAL	6,97	
FIC ANUAL	13,95	
DMIC	3,48	
DICRI	12,22	

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	19,12	20,85
Compra de Energia	27,08	30,18
Serviço de Transmissão	2,93	3,20
Encargos Setoriais	5,30	5,78
Impostos Diretos e Encargos	36,69	40,01
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	91,70	100,00

Valor do EUSD (Ref. 6/2018) R\$ 26,77

ATENÇÃO

REAVISO DE VENCIMENTO - Caso as faturas(s) e/ou a relação de faturas(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 01/09/2018. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as

Faturas em atraso
Jul/18 97,63





SUS
Sistema Único de Saúde

Estado da Paraíba
Ministério da Saúde

LAUDO MÉDICO PARA PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE - APAC

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (SOLICITANTE)

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE

2 - CNES

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE

4 - Nº DO PRONTUÁRIO

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

6 - DATA DE NASCIMENTO

7 - SEXO

8 - RAÇA/COR

9 - NOME DA MÃE

DDD

10 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

11 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDD

12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

15 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

16 - UF

17 - CEP

PROCEDIMENTO SOLICITADO

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTDE

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTDE

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

NOME DO PROCEDIMENTO

QTDE

JUSTIFICATIVA DO(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S)

DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO

CID 10 PRINCIPAL

CID 10 SECUNDÁRIO

CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

RESUMO DA ANAMNESE E EXAME FÍSICO

EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS

JUSTIFICATIVA DO PROCEDIMENTO

SOLICITAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

DATA DA SOLICITAÇÃO

ASSINATURA E CARIMBO

DOCUMENTO

NÚMERO DO DOCUMENTO (CNS/CPF)

() CNS

() CPF

AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

CÓD. ORGÃO EMISSOR

NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO (APAC)

DOCUMENTO

NÚMERO DO DOCUMENTO (CNS/CPF)

() CNS

() CPF

DATA DA AUTORIZAÇÃO

ASSINATURA E CARIMBO

PERÍODO DE VALIDADE DA APAC

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (EXECUTANTE)

NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE

CNES



Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira

Nome: Geiara Cândido de Sousa Matrícula: 354 049
 Data Nasc.: 25.08.97 2008 Categoria: ES
 Sexo: F Profissão:
 Est. Civil: 2 Naturalidade: 80 P3
 Residência: Av. Manoel Severino 102 NE Data: 15.07.18
25 80 P3 Tel: 988 435491
 H.D.A. 160 6298 9207 0008 RG: 4244 731 20

Doente vítima de acidente de motocicleta (s.c.)
 apresentando fratura de fêmur no membro inferior direito.

Diag. Clínico: R. 5° MTC (2)

Diag. Radiológico: V4 3° MTC (2)

Tratamento: Medicação

Dr. Tenório de Almeida Filho
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM: 7918 CPF: 931.136.654-82

PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

PROSFRAG



PROSFRAG

GUARABIRA - PARAÍBA

FONE: (83) 3271-1156

- [1] RECEPÇÃO
- [2] CID E SSM
- [3] C/ CORRENTE
- [4] ALTA

PRONTUÁRIO Nº 546/2018

Nome:

Jaqueline Candido de Souza

Sexo:

Feminino

Naturalidade:

GUARABIRA

Data de Nascimento:

25.08.97 (20 anos)

Endereço:

R. João de Deus, s/n, 102, Gd. Pr.

Fone:

9.8843.5491

Documento:

RG 4.234.473

Responsável:

Dr. (Sr.) M. de S. (Pai)

Endereço:

R. M. de S. Candido de Souza (Pai)

Fone:

CPF 708.608.134-52

CNS 36062989207.0008

04.08.01.034-4

25.10.152.851-4

CLÍNICA MÉDICA

Enf. ou Apto.

Enfermaria 10

Leito

003

Categoria

546

1

2

A.I.H.N°

Data da Entrada

20.07.2018

Hora da Entrada

Enfermeira

Recepcionista

Dr. Temístocles De A. R. Filho

Médico Plantonista

TERMS DE RESPONSABILIDADE

ALTA: Motivo - 1 Curado - 2 Melhorado - 3 Inalterado - 4 A pedido - 5 Interna do para Diagnóstica
- 6 Administrativa - 7 Por Disciplina - 8 Evasão - 9 Para complementação do
tratamento em regime ambulatorial.

Data

21.07.2018

Dr. Temístocles De A. R. Filho
Ortopedista e Traumatologista

CRM 7543 TEOT 15.147

MÉDICO - CRM



Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda.

Avenida Rui Barbosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.

Fone: (083) 3271 1156

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, que revendo nossos arquivos constatamos que a paciente, JACIARA CÂNDIDO DE SOUZA, brasileira, portadora do RG: 4.244.731 SSP-PB, residente à rua Manoel Severino Nº 102, bairro Nordeste II, Guarabira-PB, foi atendida neste Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda, CGC: 09.239.906/0001-38, vítima de acidente de motocicleta (informada pela mesma), compareceu no dia 15/07/2018, tendo como diagnóstico Fratura do 5º Metacarpiano da Mão direita CID 10 S62.3, submetida a tratamento cirúrgico no dia 20/07/2018, com quadro clínico exame realizado raios x da mão direita e imobilização tipo tala gessada membro superior, com alta hospitalar no dia 21/07/2018, conforme consta na ficha Ambulatorial Nº 354.049/2018 e prontuário Nº 546/2018, em nossos arquivos.

Guarabira, 21 de Setembro de 2018.

Dr. Nemístocles de Almeida Ribeiro Filho
Ortopedia e Traumatologia
CRM: 7818 CPF: 031.136.054-82





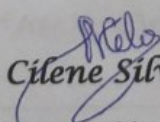
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
SECRETARIA DE SAÚDE

Guarabira; 05 de setembro de 2018.

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins de direito que a paciente **JACIARA CANDIDO DE SOUSA**, 20 anos, foi acionado a Equipe da USB 49 do SAMU/GBA para prestar os Primeiros Socorros para o Hospital Regional de Guarabira/PB. A USB 49 foi deslocada através do médico regulador Dr. Gustavo através do ID 2131838, no dia 15/07/2018, por volta das 02:30 horas. Após chegar no local fomos informados a Biomecânica "QUEDA DE MOTO", apresentando escoriações na face, MSE e região abdominal com abrasão no flanco Ee MIE. Paciente consciente, orientada e alcoolizada. Feito protocolo, como preconiza o PHTLS, a mesma foi Encaminhada para o referido Hospital citado anteriormente. Estava presente na equipe a Enfermeira **Bel. Glaicyanne Ferreira da Cruz Moraes COREN/PB 145.849** e pelo Condutor Socorrista **Engels Marx Vieira das Chagas** ficando a mesma sob os cuidados do Médico Plantonista Dr. Leonardo Costa Cartaxo CRM/PB 6753.

Atenciosamente,


Cássia Cilene Silva de Melo
Coordenadora Geral do SAMU Guarabira
Cássia Cilene Silva de Melo
Coordenadora Geral
Samu - GBA





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0803006-03.2018.8.15.0181

DESPACHO

Vistos, etc.

Recebo a petição inicial, por preenchimento de todos os seus requisitos.

Defiro a gratuidade judiciária.

Tendo a parte autora manifestado o seu interesse na audiência de conciliação, encaminhe-se os autos ao CEJUSC, objetivando a designação de dia e hora para realização da audiência de conciliação e mediação, observando as cautelas legais.

Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para a referida audiência.

Cite-se/intime-se a parte demandada, fazendo as advertências legais.

Cumpra-se.

Datado e assinado eletronicamente.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
Cejusc I - Cível - Guarabira - FPL/UEPB

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

CARTA DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Fórum da Comarca de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55 – Centro

Guarabira/PB – CEP 58200-00

(83)3271-3342 – ramal 29

Nº DO PROCESSO: 0803006-03.2018.8.15.0181

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JACIARA CANDIDO DE SOUSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Intimação: Nome: JACIARA CANDIDO DE SOUSA

Endereço: RUA MANOEL SEVERINO, 102, CASA, CENTRO, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Prezado(a) Senhor(a),

INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 334, § 3º, do CPC/2015, **INTIMO** a parte promovente, para comparecer a audiência de Conciliação, marcada para o dia **26/08/2019, a partir das 08:00h, na sala de Audiências do CEJUSC, situado no Fórum da Comarca de Guarabira/PB, onde será realizado o mutirão DPVAT. O atendimento é por ordem de chegada, podendo a parte comparecer até às 11:00h.** Fica advertido a parte promovente que a sua ausência injustificada é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionado com multa (Art. 334, §8º, CPC/2015).

Guarabira/PB, ter, 18 de jun de 19

-PB, em 18 de junho de 2019

De ordem, SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Auxiliar Judiciário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
Cejusc I - Cível - Guarabira - FPL/UEPB

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE PARA AUDIÊNCIA DE
CONACILIAÇÃO**

Fórum da Comarca de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55 – Centro

Guarabira/PB – CEP 58200-00

(83)3271-3342 – ramal 29

Nº	DO	PROCESSO:	0803006-03.2018.8.15.0181
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]			COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JACIARA CANDIDO DE SOUSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 334, § 3º, do CPC/2015, **INTIMO** a parte promovente, através do seu advogado, para comparecer a audiência de Conciliação, marcada para o dia **26/08/2019, a partir das 08:00h, na sala de Audiências do CEJUSC, situado no Fórum da Comarca de Guarabira/PB, onde será realizado o mutirão DPVAT. O atendimento é por ordem de chegada, podendo a parte comparecer até às 11:00h.**Fica advertido a parte promovente que a sua ausência injustificada é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionado com multa (Art. 334, §8º, CPC/2015).

Guarabira/PB, ter, 18 de jun de 19

-PB, em 18 de junho de 2019

De ordem, SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Auxiliar Judiciário



Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Fórum Augusto de Almeida Rua Solon de Lucena, 55 - Centro
Guarabira/PB - CEP 58200-000

MUTIRÃO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

2ª Vara da Comarca de Guarabira

Processo: 0803006-03.2018.8.15.0181

Classe do Processo: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s) do Processo: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Polo ativo: JACIARA CANDIDO DE SOUSA

Polo passivo: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Supra da Comarca de Guarabira, Estado da Paraíba, fica CITADO e INTIMADO a parte promovida acima qualificada, para, comparecer ao CEJUSC, **no dia 26/08/2019, a partir da 08h, podendo o autor chegar até às 11h, para a realização da Perícia - (SEDE DE MUTIRÃO DPVAT), situado no Fórum da Comarca de Guarabira/PB. (OBS. Neste dia será realizado a Perícia Médica e a audiência de tentativa de Conciliação), obedecendo a ordem de chegada.** Atente-se aparte passiva aos termos dos artigos adiante. Art. 334, do CPC/2015. Fica advertido a parte promovida que a sua ausência injustificada é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionado com multa. Art. 334, §5º, CPC/2015). O prazo para a contestação é de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando a parte não comparecer ou, comparecendo, não houver acordo. Art. 334, §8º, CPC/2015). O réu poderá ofertar petição com 10 (dez) dias de antecedência contados da data da audiência, para manifestar seu desinteresse na autocomposição. Art. 335, inciso I e II, do CPC/2015). Quando o pertinente ao caso, a incidência do prazo em dobro, nos moldes dos art. 180, 183, 186, 229, do CPC/2015. A ausência de contestação implicará revelia, nos termos do Art. 334, com ressalva ao Art. 345, ambos do CPC/2015.

Guarabira/PB, 18 de junho de 2019

SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Auxiliar Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXXXXXXXXXXX

AR.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

JACIARA CÂNDIDO DE SOUSA

ENDEREÇO / ADRESSE

R MANOEL SEVERINO, 102, CENTRO

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

58200-000

GUARABIRA

PB

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

0803006 - 03.2018

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☒ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Jaciara Cândido de Sousa

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

26/6/19

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

GUARABIRA

26 JUN 2019

PB

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Ezequias Rodrigues
Mat. 8.177.191-7
M. C. Teixeira

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 36378364 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

19 JUN 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO P

CEJUSC (centro judiciário de soluções de conflitos)
fórum augusto de aumeida
rua Solon de Lucena, nº 55, centro
58.200-000 - Guarabira – PB

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

DH